

o extrativismo e a periferia da produção: referências à experiência da Bahia desde o fim da escravidão

Fernando Pedrão

Instituto de Pesquisas Sociais, Salvador (Bahia)

Talvez a mais importante de todas as influências e a menos estudada seja a que derivou não propriamente da tradição africana, mas das condições sociais criadas com o sistema escravista. Emília Viotti da Costa

preliminares

Este ensaio é parte de um programa de trabalho muito mais extenso sobre a periferia da produção capitalista dependente, que trata da participação precária de trabalho subordinado pouco qualificado na formação de produto social, como meio de sobrevivência e como recurso utilizado por produtores capitalistas em sua formação de capital. O que foi norma nas sociedades primitivas, tornou-se um espaço social disputado entre os que buscam sobreviver e os que procuram ampliar sua acumulação de capital utilizando os mecanismos de sobrevivência e controlando os usos do tempo dos grupos que não acumulam. O controle e manejo dessa periferia gerou uma parte essencial da renda obtida pelos capitais aí aplicados, desde o período dominado pelo escravismo até o atual.

O controle das oportunidades de extração em escala local tem sido um diferencial nas condições de sobrevivência de grupos pobres de uma região a outra, assim como um componente fundamental da formação de capital empreendida nas estruturas de capitalismo dependente, desde o período colonial até as atuais formas de dependência controladas pelas empresas multinacionais. O espaço semi-árido do Nordeste já teve maior capacidade de sustentar grupos dependentes da extração, antes de sofrer o desmatamento de que tem sido objeto, assim como o litoral baiano tem sido objeto de uma extração mais intensa de crustáceos, de mariscos e de madeira, ao aumentar a população de bai-

xa renda e os excluídos em geral, que dependem desses materiais para sobreviver".¹

Essa parte da atividade social, doravante denominada extração, tem representado uma parte essencial da sobrevivência de grupos excluídos dos benefícios da dinâmica do capital, e tem também contribuído para compor a taxa de lucro de empresas que operam regularmente no mercado. Compreende atividades distribuídas nos capítulos de extração vegetal, animal e mineral, que interagem de diferentes modos na formação do produto social registrado da produção capitalista. Há um componente aparente e outro submerso dessa atividade, sendo que somente o primeiro chega a ser registrado nas contas nacionais.

A extração é parte das condições específicas de controle da participação das regiões periféricas no movimento mundial de acumulação de capital, mediante formas predatórias de captação de recursos naturais, ou em todo caso, mediante uma captação de recursos sem compromisso com a economia futura. Aconteceu igualmente nos atuais países mais ricos, que, entretanto, passaram a extrair tais recursos nas regiões e nos países dependentes.

Observa-se que as explicações de relações entre centro e periferia, desde a versão inicial do trabalho de Prebisch em 1949², sempre trataram das relações constitutivas da esfera capitalista, pressupondo que a periferia é homogeneamente capitalista, ou que a expansão do capitalismo é homogênea, gerando periferias igualmente homogêneas, que se assentam sobre um mar de trabalho não-qualificado indistinto. A questão está, precisamente, em ultrapassar essa imagem inicial de homogeneidade e penetrar na complexidade das diversas áreas de produção periférica, mostrando como o componente de produção capitalista de mercadorias está sustentado em mecanismos de sobrevivência e numa contribuição de oferta de mercadorias, que se realizam em moldes não-capitalistas, em que prevalece uma exploração irrestrita da força de trabalho. Já no final da sua vida, Prebisch encarava a relação centro-periferia como um aspecto do movimento geral de acumulação de capital, estando interessado em

¹ Pesquisas recentes sobre o Subúrbio Ferroviário de Salvador — na orla da Baía de Todos os Santos — estimam em cerca de 4 mil as famílias de desempregados crônicos dessa parte da capital baiana, os quais sobrevivem da extração de mariscos (PANGEA, 1998).

² A primeira formulação encontra-se no *Estudo Econômico da América Latina*, de 1949 das Nações Unidas. Alterações parciais da tese inicial foram sendo apresentadas ao longo do tempo, até um tratamento final em termos de acumulação de capital.

discutir a complexidade da acumulação na periferia, e não mais um simples mecanismo de comércio. As relações desiguais de troca fariam parte do movimento de acumulação de capital.

A expansão do capitalismo na periferia se fez, e ainda se faz, mediante o uso de uma esfera de captação de trabalho das famílias, que não se explica pelos padrões de salário e tempo contratado de trabalho na produção industrializada. A rigor, a presença do salário já representa uma quebra das condições primitivas de exploração, nas quais a maioria das pessoas tem muito pouco vínculo com a economia monetizada.³ Na extração participam trabalhos que se realizam na esfera doméstica e na esfera de mercado, tanto em modalidades de organização que se realizam em cada um desses dois âmbitos como em modalidades que abrangem os dois.

A distinção realmente está entre uma captação de recursos predatória, que permanece periférica da produção industrializada e a captação de recursos para a esfera da produção industrializada. A própria caracterização dessa captação periférica como extrativismo não se define pelo caráter predatório, uma vez que a maior parte da produção organizada tem um fundamento predatório, no sentido de que destrói mais recursos que o tecnicamente necessário à luz do conhecimento disponível. Por sua vez, a captação de recursos realizada na periferia da produção capitalista pode não ser predatória em todas aquelas situações em que simplesmente se retiram pequenas quantidades de recursos, sem prejudicar sua recuperação, ou nas quais a captação é relativamente irrelevante.

O que se entende por extrativismo é a organização do trabalho, simples ou complexa, montada para obter materiais cuja disponibilidade não depende de anterior acumulação de capital. Por isso, essa atividade é análoga à, ou é um apêndice, da produção primária, apesar de não poder ser confundido com a agricultura nem com a pecuária organizada.⁴ O extrativismo assume diversas formas, focalizando-se a periferia do sistema produtivo em sua etapa escravista e na pós-escravista, subdividindo-se

³ Pesquisa em curso deste autor na região do Recôncavo da Bahia identificou, mais de uma vez, comunidades que quase não recebem salário, e que sobrevivem de uma combinação de pesca primitiva e extração vegetal e animal, com diminutos excedentes físicos de produção vendável em mercados, que se encontram a menos de 200 km de Salvador. Em muitos desses lugares, continua-se a fazer farinha de mandioca e azeite de dendê pelos métodos tradicionais, e a maior restrição ao aproveitamento do trabalho no mar reside na incapacidade de conservar os produtos.

⁴ Por isso, não tem muito sentido pretender estabelecer analogias com estudos das formas agrárias, que são, por definição, integrantes da esfera capitalista.

nesta última entre a produção articulada nos circuitos de produção diretamente integrados ao mercado e na produção para sobrevivência.

Na combinação dos usos de trabalho na produção e na extração, é preciso esclarecer que o trabalho total realizado compreende o trabalho servil não-regulamentado, o trabalho realizado com força de trabalho familiar na extração vegetal e animal, e o realizado de modo complementar e funcional à produção capitalista. O fim da escravidão formal, ou a desregulamentação da escravidão, deixou clara a diferença entre a extração realizada como estratégia de sobrevivência por trabalhadores livres e a extração realizada como estratégia do capital, seja por grandes ou por pequenos capitalistas. A fome crônica da maioria, imposta pelo escravismo,⁵ levou à busca constante de alternativas de sobrevivência, que caracterizaram as populações marginalizadas, e terminaram por criar outras opções de exploração capitalista.

Examinam-se aqui aspectos da extração vegetal e animal na Bahia, em perspectiva histórica, distinguindo os componentes dessa atividade que têm permanecido quase invariantes em tecnologia e em formas de organização e outros componentes que têm mudado de modo significativo, interagindo com as transformações econômicas e organizativas da sociedade.

Trata-se de um tema aparentemente simples, que tem ficado à margem da pesquisa de história econômica, mas que envolve inúmeras dificuldades, desde a falta de registro, conseqüente da falta de esclarecimento conceitual do campo de atividade da extração até a falta de pesquisas específicas sobre a extração em suas diversas formas, assim o tratamento dos aspectos de tempo, tanto no relativo aos períodos de produção, como no relativo à acumulação de capital, que, de qualquer modo, envolve sucessivos períodos de produção.

Referências do estudo do tema

Incluimos aqui aquela periferia da produção organizada que constitui o conjunto de atividades geralmente chamadas de extração, com-

⁵ O estigma da fome, que obviamente permanece na sociedade brasileira, já foi bem descrito, especialmente por Emília Viotti da Costa e por Pierre Verger, que o apresentam como um componente do desenvolvimento do sistema produtivo baseado no escravismo. A revelação do significado social da desigualdade nas sociedades periféricas é inseparável dessa condição social da fome, que foi parte da lógica oculta no sentido "prático" dos escravistas, tal como aparece na literatura veladamente colonialista.

preendendo a extração vegetal, animal e mineral e suas ligações com atividades de transformação. A rigor, o extrativismo expandiu-se como uma forma econômica da exploração colonial, que não tem compromisso com a preservação dos recursos físicos. Em sua modalidade mais simples, é a captação de recursos mediante trabalho não-qualificado, para subsistência. Entretanto essa atividade simples pode ser parte de sistemas muito mais complexos de produção e de consumo, tornando-se uma estratégia dirigida para ampliar a capacidade de obter produto com menos capital.

A linha de estudo do extrativismo, ou da extração, caminha no sentido oposto de grande parte da teoria econômica, ou da teoria social da economia, justamente porque sempre se tentou ver a produção a partir da arregimentação de forças no âmbito da economia capitalista, ou porque se tem suposto que a extração é algo anterior ou separado da produção. Assim, no desenvolvimento dessa argumentação, cabe rever o relativo ao modo da produção asiático, ou às condições de desenvolvimento das forças produtivas. Certamente não se trata de um problema setorial perceptível através da descrição das formas pretéritas de produção. Essa dúvida deve ser esclarecida. A esfera da extração é aquela em que as alternativas de uso do potencial de trabalho são orientadas pela disponibilidade de recursos naturais e pelo uso de tempo que não foi homogeneizado pela forma do salário.

A distinção está realmente entre uma produção baseada no uso do capital acumulado e uma captação de recursos periférica à produção capitalista. A diferença reside no sentido de finalidade da atividade, cujo centro à distância, é a produção capitalista. A caracterização da atividade como extrativa não resulta apenas do caráter predatório imediato, porque grande parte da produção capitalista se beneficia de um componente de extrativismo nem sempre aparente. Por sua vez, a extração de recursos pode não ser predatória, quando realizada sem perturbar a reprodução dos recursos naturais. Tratamos aqui de situações em que a acumulação primitiva se fez de modo diferente daquele descrito por Marx, em que a acumulação começou pela escravização — isto é, por uma exploração mais radical que a do final da Idade Média européia.⁶

⁶ Refiro-me aqui ao capítulo XXIV do Livro I de *O Capital* no qual Marx descreve os processos de desorganização social da produção que impuseram o assalariamento. Na América, a extração foi um recurso anterior à formação da produção capitalista, que passou a ser usada como recurso para ampliar a exploração.

No essencial, envolve um problema de gestão do trabalho realizado num grande espaço social da economia brasileira, que compreende o trabalho servil não-regulamentado, o trabalho realizado com força de trabalho familiar na extração vegetal e na animal, e o trabalho realizado de modo complementar e funcional à produção capitalista. Pode-se dizer que o fim da escravidão formal deixou clara a diferença entre a extração realizada como estratégia de sobrevivência por trabalhadores livres e a extração realizada como estratégia do capital, seja por grandes ou por pequenos capitalistas. A ampliação da extração comandada pela reprodução do capital significou, de fato, um aumento da captação indireta de trabalho e da exploração em geral, refletindo-se especialmente no aumento do trabalho infantil e de trabalho feminino não-remunerado.

Assim, a extração designa aquelas atividades em que se cria valor pela captação de recursos naturais mediante uso de trabalho com pouco capital. A extração vegetal, animal e mineral está na base da formação da economia brasileira e na de muitos outros países em variadas condições de desenvolvimento. É um componente supostamente óbvio da economia, por isso mesmo pouco estudado. Neste ensaio abordam-se alguns aspectos essenciais da extração vegetal e animal, procurando identificá-la como um campo específico de atividade, e como parte subordinada do processo capitalista de produção.

Desde que se começou a estruturar um sistema nacional de estatística, e que se começou a produzir estimativas do produto social, passou-se a tratar a extração como uma atividade em declínio e o extrativismo como uma forma residual de atividade praticada em separado da produção organizada. É preciso rever esses dois argumentos. Primeiro, quanto às evidências de que essa atividade não é residual, nem pode ser separada de suas ligações com o sistema de produção. Segundo, porque ela encerra uma complexa experiência dos povos latino-americanos, que na Bahia tem uma expressão especial, devido ao rumo seguido pela formação do sistema produtivo, e pela diversidade de ecossistemas dessa região.

Os principais comentários sobre o tema na atualidade podem ser resumidos nos seguintes itens:

— Há numerosas indicações de continuidade, e mesmo de recrutamento, da extração vegetal e animal, a qual por isso mesmo não pode ser considerada uma atividade residual, mas antes uma parte das estratégias de captação de recursos de empresas com diversos níveis de tecnologia. Nos exemplos aduzidos neste ensaio, no caso do alto Rio

Itapicuru, tornou-se evidente esse recrudescimento, causado pela diminuição dos recursos à disposição dos grupos mais pobres, no campo e nas pequenas cidades.

— Existe um aumento da complexidade da extração, que tampouco pode ser reduzida aos seus aspectos de atividade primitiva, senão que é afetada pela qualificação do trabalho. A busca de variedades de plantas medicinais tornou-se um elemento relevante da participação no mercado de grupos cronicamente pobres, a qual, entretanto, depende de conhecimentos tradicionais especializados.

— Tem havido uma crescente subordinação da extração por parte da produção capitalista organizada, que vai em busca de alternativas de captação de recursos pouco reguladas pelas políticas ambientais. Essas empresas capitalistas usam a extração como sustentação ou como modo de descarregar custos operacionais.

— Tornou-se notório o agravamento dos efeitos ambientais da extração, especialmente em áreas de maior significado nos ecossistemas, tais como manguezais e estuários de rios. Os estuários dos rios sustentam populações em pobreza crítica e crônica e funcionam como fonte de abastecimento de materiais de construção para as grandes cidades, dando lugar a depredações que alteram o equilíbrio do sistema ambiental.

— Houve um aumento significativo do número de pessoas em variados graus de dependência da extração, especialmente nos grupos de pobreza aguda crônica, nas cidades e no campo. Nesse caso, um paralelo pode ser traçado entre as condições de sobrevivência dos mais pobres em diversas sociedades latino americanas. No campo mexicano, estima-se que uma família de seis pessoas utiliza uns 600 quilos de milho por ano, uma quantidade que não pode ser alcançada com os rendimentos por área e tamanho médio de estabelecimento do Nordeste do Brasil, onde se obtém menos de mil quilos por hectare e 80% dos estabelecimentos têm menos de cinco hectares. Uma estimativa equivalente teria que ser feita sobre consumo de farinha e feijão, encontrando a mesma restrição de quantidades necessárias.

Esses aspectos repetem-se em inúmeros lugares no continente americano. Na Bahia, sobressai a intensificação da extração, concomitante com o agravamento da pobreza e a facilidade de diversos segmentos da produção organizada, para recorrerem à extração para garantir ou para ampliar sua lucratividade. A história do extrativismo reúne-se à da fome crônica da maioria dos brasileiros e à das oportunidades de negócios de tipo colonial, feitos a partir da captação incontrolada de recursos naturais.

São inúmeras as observações comprovando o uso sistemático de ex-

tração por parte de empresas constituídas como integrando a produção organizada em mercado, que devem ser recolhidas e organizadas em algum padrão que permita situá-las no contexto da produção capitalista.⁷ Na esfera da produção capitalista direta, o problema está, justamente, em como valorar o trabalho utilizado na extração.

Condições da pesquisa sobre o extrativismo

A rigor, o estudo da extração representa uma revisão radical do modelo econômico colonial, especialmente das interpretações relativas à articulação dos espaços coloniais à economia mercantil européia, tanto de seus segmentos menos avançados em manufaturas como dos mais avançados da manufatura e da própria indústria. O sistema colonial português dependeu desse componente, que lhe garantiu a retaguarda de alimentos, além de uma parte fundamental da receita monetária da exportação de madeira. Na América espanhola o extrativismo foi igualmente usado, para garantir a viabilidade da mineração e urbanização, acompanhando a profunda mudança de composição da população, decorrente do desaparecimento da maior parte da população indígena e a entrada de europeus e africanos.⁸

Em torno do aspecto da alimentação houve sempre uma ambigüidade, entre o aproveitamento generalizado das oportunidades oferecidas pela extração e um conjunto de preconceitos, além de políticas de transferência de espécies vegetais e animais no âmbito dos impérios. Há inúmeros registros desses preconceitos entre os portugueses, de que tampouco escaparam os holandeses.⁹

⁷ A extração de materiais de construção mediante desmatamento incontrolado continua ocorrendo na maior parte das regiões do País; e há diversos exemplos de fábricas que utilizam material silvestre em combinação com matérias primas obtidas em mercado. Um exemplo destacado era a fábrica de papel de Santo Amaro, que segundo pesquisa de 1998, ainda se utilizava de uns 30% de sua matéria prima — o componente de bambu — obtido da extração, sem plantio algum (Pedrão, 1998)

⁸ Cabe referir aqui as estimativas examinadas por Eric Wolf do holocausto indígena, especialmente no México. As estimativas manejadas por Wolf situam a destruição da população indígena em cerca de 10 milhões de pessoas no primeiro século da Colônia. Há casos específicos que enfatizam o caráter de genocídio, como a destruição dos índios chiapas, que culminou com seu suicídio em massa e originou o discurso de De Las Casas favorável a substituir os índios por negros.

⁹ "O holandês não revelou no Brasil, como o colonizador português, habilidade para se adaptar a novo meio. Continuou rigidamente com suas antigas atitudes. Da Holan-

Entretanto, a análise do extrativismo apresenta alguns problemas especiais de método, dado que uma parte da extração se realiza nos estabelecimentos agropecuários e outra parte como uma extensão da esfera doméstica. Somente uma parte da extração é realizada como recurso simples de sobrevivência de famílias que não contribuem para a produção capitalista. Assim, trata-se de um quadro indefinido no relativo à identificação de processos de transformação do sistema produtivo em seu conjunto, portanto, à temporalidade da análise. Daí, a conveniência de ressaltar alguns de seus aspectos.

— Como se trata de atividades realizadas praticamente sem renovação tecnológica, seu estudo leva a uma ruptura dos padrões de organização temporal da análise, com conseqüentes problemas de comparabilidade das experiências, que têm que ser analisadas como atividades que não levam necessariamente a processos de mudança. A extração continua se fazendo com um uso predominante de trabalho não-qualificado, organizado para produzir com salários ínfimos.¹⁰

— A necessidade de considerar a relação entre as dimensões do sistema produtivo e a sustentação dada pela natureza, que limita o potencial da extração, inclusive considerando as variações de disponibilidade de recursos, segundo a escala e o modo como eles são explorados.

— A necessidade de rever os fundamentos organizacionais da esfera doméstica de atividades e de relações entre famílias, seja em situações quase tribais ou em vizinhanças urbanas. A expansão do extrativismo no meio urbano compreende uma reorganização das funções dos integrantes das famílias, que, em condições de desemprego crônico, devem participar das estratégias de sobrevivência.

— O aspecto de educação e da capacidade de incorporar conhecimento mediante aprendizado no trabalho. As evidências mostram que

da vinha-lhes todo o necessário à subsistência, a carne de boi e de carneiro salgadas, toucinho, presunto, língua, salmão, bacalhau salgado e seco, arenque, farinha de trigo, vinhos da Espanha, francês e do Reno, cerveja, queijo, manteiga, azeite, azeitonas, alcaparras, figos, passas, amêndoas etc." J.A.G.Mello (1987) Na prática, os holandeses apenas incorporaram a brutalidade do escravismo, que certamente não foi exclusividade das sociedades católicas.

Trata-se de práticas de trabalho que não incorporam capitalização e que, portanto, escapam ao sentido convencional da análise temporal, ou organizada por períodos. Entre os exemplos representativos dessa combinação de produção e extração estão os catadores de cocos e de espécies vegetais fitoterápicas. Essa é uma combinação típica do semi-árido, que, desde a década de 1960, quando surgiram obras públicas de porte na região, tornou-se um modo de engajar trabalho feminino e infantil.

uma parte da extração é realizada por grupos que jamais tiveram acesso a participar regularmente do mercado de trabalho; e que diversos grupos retrocederam no seu acesso ao mercado de trabalho e à tecnologia.

— A difusão de informações, que generaliza o interesse por espécies vegetais conhecidas em alguns lugares, ampliando o escopo da extração. A difusão da fitoterapia amplia um mercado cuja oferta depende da extração.

Este trabalho divide-se em três partes adicionais. Na primeira examinam-se aspectos conceituais e do processo histórico de produção. Na segunda apresentam-se exemplos de ambientes sociais nos quais continua prevalecendo o extrativismo sobre os processos históricos responsáveis pela formação da economia agrária. Na terceira examinam-se exemplos da economia baiana. Estes são apenas indicativos, mas certamente semelhantes a inúmeros outros da realidade brasileira.

o contexto conceitual e histórico do extrativismo

As adjacências da produção capitalista

A produção primária capitalista opera em interação com uma esfera de atividades bem conhecidas e pouco definidas, geralmente denominada extrativismo. A extração é realizada dentro e fora dos estabelecimentos agropecuários, em caça e pesca, na periferia de cidades, dependendo da relação entre a intensidade da produção e a solução dos problemas de reprodução da força de trabalho. Nos segmentos de produção de subsistência, o extrativismo funciona como estratégia de sobrevivência praticada pelas famílias.

A extração tem sido parte necessária da formação do sistema produtivo e do consumo no Brasil, desde as formas mais simples de produção. No entanto, o universo da extração é um componente fundamental da produção rural no Brasil, cuja análise integra a explicação da sociedade rural, desde o período colonial até hoje. A extração vegetal e a animal constituem uma forma subordinada de exploração econômica, através da qual se viabiliza a exploração subordinada de trabalho não-pago. Neste sentido, a extração era o principal mecanismo da força de trabalho periférica à escravidão, e hoje permanece periférica às formas contratuais de trabalho pior pagas e em piores condições de vida.

Trata-se de incorporar a análise do extrativismo como parte essencial da produção rural brasileira, situando-a em sua perspectiva histórica. Para isso, entretanto, é preciso desprendê-la do contrato direto de

trabalho, observando-a como mecanismo de sobrevivência economicamente produzido, vendo ainda que as condições sociais da extração têm mudado ao longo do tempo, que ela aumentou em profundidade, na medida em que responde pela reprodução de grupos numerosos, e não só de famílias.

Essa situação nos leva a rever uma parte importante da pesquisa histórica recente sobre a Bahia, para situá-la no contexto da formação de relações sociais, e para distinguir a esfera da produção organizada pelo capital exportador da produção realizada pelos demais componentes da sociedade, regulada por suas necessidades de sobrevivência. Na verdade, esse capital exportador só se explica pelo modo como se beneficiou do trabalho realizado fora do aparelho exportador, desenvolvendo-se como um mecanismo de captação de trabalho por cuja reprodução jamais respondeu.¹¹

Nesse contexto, a experiência da Bahia é reveladora. No período entre o final da guerra com o Paraguai e a Primeira Guerra Mundial, a substituição da organização tradicional do trabalho, formada em torno do trabalho escravo, por outra com maior componente de trabalho pago fez-se num ambiente de amplo e profundo desemprego, em que a solução dos problemas de subsistência e a constituição de uma produção baseada no mercado regional dependeu basicamente desse componente de extração. A partir desse período e seguindo até o fim da Segunda Guerra Mundial, a economia baiana organizou-se em torno de um leque de atividades exportadoras e de uma pequena produção industrial, que dependeram do extrativismo como provedor de matérias primas e como mecanismo indireto para viabilizar a reprodução da força de trabalho.

Essa revisão se estende, em princípio, à historiografia descritiva, em que justamente se encontram trabalhos de grande peso como pesquisa básica, tais como os de Katia Mattoso, Stuart Schwartz e mais recentemente o de J. Barickman. A primeira, ao descartar o aparecimento das feiras livres como um fenômeno recente, praticamente descartou a importância e a organização da periferia social e econômica do escravismo, que indiretamente aparece como a única força produtiva da região. O segundo, por focalizar sobretudo a produção açucareira, separando-a tacitamente de seus enraizamentos na formação social regional. O terceiro, por apresentar a produção de alimentos — centrada na produção de farinha de mandioca — como um desdobramento da produção açucareira escravista, atendo-se aos aspectos positivos do processo e ao aspecto "empreendedor" dos escravistas. Essa aparente transposição de argumentos modernos ao meio colonial corre, inclusive, o risco de incorrer no anacronismo cultural, ao usar referências atuais para explicar situações de épocas anteriores.

A decomposição da produção açucareira escravista levou a uma desorganização da produção comandada pelos engenhos e à desmobilização de seus trabalhadores, concomitante à entrada um grande número de pequenos grupos de imigrantes. A periferia do trabalho passou a depender mais das tecnologias primitivas que se podia praticar nas suas pequenas roças.

Mais recentemente, isto se tornou em parte perceptível na diferença entre a expansão da área dos estabelecimentos agropecuários e a da área efetivamente cultivada, na qual um suposto incremento da população adscrita aos estabelecimentos não contou com culturas alimentares equivalentes para seu sustento. Vê-se, também, no sustento da população marginalizada das cidades das regiões menos industrializadas. Ambos estes aspectos têm estado patentes no crescimento das capitais nordestinas.

A questão da acumulação original ocupa até hoje um lugar insubstituível na explicação do capitalismo no campo no Brasil (Machado, 1999), pois permite penetrar nas estratégias de controle dos recursos naturais, através de cuja exploração se realiza o controle de trabalho. Não se pode ignorar que o componente de acumulação original continua desempenhando as funções de viabilizar uma parte da taxa de lucros de atividades em diferentes níveis de densidade de capital, e de reprodução dos segmentos sociais que permanecem na esfera da pobreza. No relativo à pobreza rural, a acumulação primitiva aparece sob diversas formas, ora retido na produção familiar, ora liberando pessoas e tempo de pessoas, como boias frias, ora, ainda, sobrevivendo em seus lugares de origem mediante estratégias primitivas como a extração.

Inúmeras situações de regressão econômica e de deterioração das condições de vida são encontradas hoje, como conseqüência de movimentos oscilatórios do capital entre formas de organização e opções de aplicação no campo (Aragão, 1998; Pimenta, 1999). Pesquisas realizadas em várias regiões do País, como o Maranhão e o oeste da Bahia na década de 1980, deram conta de uma condição generalizada de semi-nomadismo e de precariedade da produção, que somente permitem a sobrevivência nessa articulação entre a produção familiar e a extração, na qual esta última vem a construir o vínculo com o mercado (Pedrão, 1982).

Nessa qualidade, a extração vegetal e animal, especialmente a primeira, é um capítulo a ser formalmente analisado, como parte dos estudos da produção rural do suprimento de alimentos. Pela sua remuneração monetária, a população pobre brasileira jamais teria sobrevivido. No Brasil em geral, e na Bahia em particular, a ausência desse capítulo

distorce a análise da produção primária, ignorando as formas colaterais de produção do capitalismo, e impedindo que se veja como a produção agrícola propriamente dita se apoia em atividades predatórias (Pedrão, 1995).

Os estudos da história econômica da América em geral, do Brasil em especial, mostram reiteradamente o papel fundamental da extração vegetal e animal na formação da economia colonial e na inserção das regiões latino-americanas na economia internacional. Pau-brasil, couros e peles, frutas, espécies vegetais nativas — que só com muito atraso têm sido cultivadas, animais silvestres, pesca artesanal e extração de mariscos, compõem uma longa lista de elementos que respondem por uma parte maior da alimentação dos brasileiros, e que igualmente têm contribuído para as exportações. Mas, essa atividade aparece como diferente da produção capitalista, ou em todo caso como separada dela.

Esse desvio da análise obstrui a explicação do funcionamento do sistema colonial e a da reprodução da produção periférica, que, segundo ela, evolui em seus próprios termos, acompanhando a evolução do sistema capitalista, naquele seu momento de euforia expansiva que coincidiu com a Primeira República. Dadas essas condições de uso das estratégias primitivas de captação de valor, não se pode interpretar o ocorrido com a agricultura brasileira nesse período como tendo resultado unicamente de fatores internos, sem trabalhar com o significado da articulação externa da economia brasileira. O realinhamento e a expansão da produção periférica naquele período respondeu a uma sucessão de movimentos de ampliação da captação de recursos naturais, que também apareceu sob diversas formas — tais como a marcha para o Oeste, a corrida da borracha, a expansão da fronteira agrícola etc.¹²

Em outras palavras, o perfil da internacionalidade da economia brasileira induziu a ampliação e o aprofundamento do extrativismo, incorporando-o como parte das vantagens localmente obtidas pelo capital internacionalizado. Diversos itens da pauta de exportação que foram rotulados como mercadorias produzidas, tais como o cacau, foram em grande parte obtidos de práticas extrativas, conforme se verificou em pesquisas na região cacauzeira na década de 1950 (Pedrão, Jacobina e

¹² Observa-se que a superfície total dos estabelecimentos agropecuários registrada pelo IBGE mais que quadruplicou entre 1950 e 1980, de menos de 50 milhões de ha a uns 220 milhões de ha.

Santos, 1959). Além disso, a produção exportada foi viabilizada pela obtenção de alimentos para os trabalhadores mediante extração.¹³

Nos diversos movimentos do capital agrário mercantil exportador, sempre em busca de demanda externa para sustentar sua taxa de lucros, a manutenção e as eventuais expansões do sistema produtivo fizeram-se mediante aumentos da extração, e não por substituição do extrativismo por produção obtida de capital no sentido estrito desse termo. A exploração de fibras — tais como caroá e piaçava —, o uso de coquilhos — tais como licuri e ouricuri — a tala de bambuais são exemplos neste sentido, além da extração de lenha, que se tornou sistemática justamente nas regiões de semi-árido. Mesmo em algo tão claramente integrado à produção capitalista como o algodão, houve os efeitos indiretos nos preços internos do algodão causados pelo efeito substituição dos usos de outras fibras.

No entanto, há uma defasagem entre os relatos organizados e os elementos do relato histórico; e entre eles e os estudos sociais, especialmente os estudos econômicos. A análise econômica costuma passar por alto o papel do extrativismo na formação do produto social, ao registrar apenas os recursos incorporados na cadeia produtiva como capital; ou quando pressupõe que a extração vegetal é uma atividade que declina por força da expansão da esfera do mercado.

A experiência de pesquisas e de trabalhos de apoio ao planejamento no Nordeste em geral, especificamente na Bahia e no Maranhão, mostra que a expansão da produção tem incluído o desenvolvimento de mecanismos de aproveitamento da extração, tal como acontece na comercialização de frutas como a jaca e o umbu dependem completamente da extração. O novo negócio da polpa de fruta se faz, principalmente com frutas silvestres. Assim, o produto social tem um componente essencial de extração vegetal, animal e mineral, de elementos diretamente coletados da natureza, que são aceitos como parte do produto socialmente disponível, mas que não aparecem no movimento geral de acumulação de capital.

A explicação do extrativismo como forma de atividade está na arti-

¹³ Na pesquisa realizada em 1958, foram realizadas quinhentas entrevistas na região cacauieira, com agricultores de grande porte, de porte médio e os chamados *bumrciros*, que tinham menos de dez hectares e usavam principalmente trabalho familiar. Os referidos problemas de alimentação foram comuns a todos, porque todas as terras de melhor qualidade eram destinadas a cacauieiros e o resto ficava como mata fechada. A perda dos questionários impediu que fosse feita uma tabulação sistemática.

culação dos sistemas regionais com soluções locais. A rigor, a extração funcionou como uma segunda linha na produção de mercadorias exportáveis, provendo alimentos que permitiram que a esfera doméstica disponibilizasse o trabalho necessário para a produção de mercadorias. A questão é que o custo do trabalho é computado na esfera da produção capitalista, mas não na extração. Em suas diferentes modalidades, a extração funciona como complemento da produção, que vai ao mercado como parte integrante do consumo, tanto daquele atendido por mecanismos de mercado, como daquele realizado na esfera doméstica.

Não há como reduzir o extrativismo à coleta de alimentos, vista apenas como suplementação da alimentação dos grupos de baixa renda, apesar de ser essa uma função indiscutível. O extrativismo foi iniciado como um desdobramento do grande capital mercantil europeu, quando organizou a produção colonial, e não apenas como estratégia de sobrevivência (Pedrão, 1999). Em pesquisa direta sobre o comércio na Bahia, verificou-se que as exportações de pau brasil continuaram até o século XIX. Por sua vez pesquisas para estimativa do produto interno bruto da Bahia mostraram que, até 1950, a Bahia "produzia" 31 espécies vegetais obtidas da extração, que muitas delas foram extintas e outras foram transferidas às estatísticas de produção agrícola, como se fossem obtidas mediante produção organizada com capital próprio (Pedrão, 1961), tal como aconteceu com frutas como a manga e a frutapão. Na composição do produto interno bruto do Estado da Bahia no período de 1944 a 1958, a chamada produção extrativa vegetal — reconhecidamente subestimada — situou-se em torno de 12% do valor agregado total da produção primária, com um crescimento de 400% sobre a base de 1940, com seu ponto mais alto em 1945 e 1946, quando cresceu 650% sobre aquela base inicial.¹⁴ É importante observar que se trata do desempenho de algumas fibras, tendo-se constatado em pesquisas mais recentes que grande parte da produção frutícola continua sem ser registrada, conhecida apenas por estimativas sem margem de erro controlada.¹⁵

O extrativismo está incorporado ao subsolo da produção capitalista, justamente onde se manipulam os custos da reprodução dos trabalha-

¹⁴ Constatações deste autor no trabalho *Estimativa do Produto Interno Bruto do Estado da Bahia, 1939-1958*.

¹⁵ CF. *Uma Política Agroindustrial para a Bahia*, SICT, 1986; *Diagnóstico e Oportunidades de Investimentos em Oleoquímica na Bahia* SICT, 1994,

dores, primeiro no modo como a grande produção controla o trabalho realizado na pequena produção; e segundo, no modo como a produção capitalista se organiza para transferir para a esfera doméstica uma parte dos custos dos trabalhadores engajados no processo de produção.

Por sua grande extensão e pela variedade de seus ambientes, a Bahia representa uma experiência regional em que se encontra grande número de formas de extrativismo — no semi-árido, no mar, nas zonas boscosas, no litoral — variando os níveis de capitalização com que ela é realizada. Desse conjunto, é preciso distinguir a extração esporádica e a sistemática, assim como aquela realizada como parte das estratégias do capital, aproveitando vantagens locais, e a praticada como estratégia de sobrevivência.¹⁶

A importância do extrativismo decorre de seu papel na sobrevivência da população de baixa renda. Nesta economia periférica, a produção organizada emprega em média apenas uma pequena parte da população, que em sua maioria recebe rendas insuficientes para a sobrevivência das famílias. A intensidade do emprego por família é geralmente baixa, o que corresponde aos conhecidos problemas da baixa participação das mulheres no mercado de trabalho e do trabalho infantil. A sobrevivência dos grupos de baixa renda, e dos grupos de marginalizados em geral, sempre dependeu do recurso à coleta direta — vegetal, animal e mineral — dependendo portanto de condições locais do meio físico e do social. A extração tem diferentes significados para a sobrevivência e para a formação de renda, mas, no conjunto, funciona como periferia da produção, tanto por sua função de obtenção de alimentos como na busca de matérias primas.

Essa extração se traduz em certos requisitos da análise econômica, que ainda não foram atendidos. Impõe-se a necessidade de uma visão de conjunto da extração como forma de atividade, segundo os papéis que ela tem desempenhado em sociedades muito diferentes umas das outras. A extração é a obtenção de bens que não foram produzidos no segmento capitalista organizado da sociedade econômica. Em quase todos países americanos — inclusive no Canadá e nos Estados Unidos, ela sustentou a constituição das colônias, mesmo naquelas regiões em

¹⁶ A extração de mariscos e crustáceos é uma atividade tradicionalmente realizada por pessoas destituídas de equipamento, que sustentam o consumo urbano desses produtos, inclusive quando eles são manufaturados e entram no circuito de comercialização industrializada.

que a produção capitalista foi rapidamente instalada.¹⁷ Parte realizou-se na captação de matérias primas, metais e pedras preciosas; e parte na caça e pesca e na cata de raízes e frutos de que se alimentou a população colonial. Pouco foi feito para produzir alimentos que não fossem, eles também, exportáveis. Sobra repetir que a extração vegetal, animal e mineral, especialmente a primeira, foi a base sobre a qual se assentou a formação das regiões que vieram a integrar-se como Brasil.

O objetivo principal de exportar condicionou a composição do sistema de produção, que se desenvolveu à parte dos objetivos de sobrevivência da população, constituída pelas levas de imigrantes, livres e escravos, que se concentrava nas áreas de produção para exportação, mas que, paralelamente, se dispersava pelo território conforme ia encontrando soluções de sobrevivência. Parte dessa população não teve relação alguma com o segmento exportador, mas uma parte dela funcionou como mão-de-obra barata que complementou as necessidades de trabalho parcialmente atendidas pelos escravos.

O universo da extração

Para uma análise histórica do fenômeno, é preciso estabelecer o que vem a ser o extrativismo, qual é o leque de atividades que compreende, de que magnitude, a quem envolve e como estão organizadas essas atividades. As estimativas de atividades extrativas são muito difíceis, porque se referem à parte não-registrada pelos sistemas de informações econômicas e sociais oficiais, que focalizam basicamente a produção de mercadorias exportáveis. Na América Latina em geral, no Brasil e na Bahia em especial, a designação de extrativismo compreende a coleta de bens na esfera doméstica para consumo e para complementação de renda, a coleta como atividade principal de pessoas, de grupos familiares e de organizações econômicas baseadas nas famílias; e ainda, a coleta de bens realizada por produtores individuais e por empresas, que usam o extrativismo como um recurso complementar de sua aplicação de capital, o que lhes permite concomitantemente incluir trabalho periférico.

A distinção entre o extrativismo da esfera doméstica e o da esfera de

¹⁷ Um dos exemplos mais radicais do imediatismo no critério econômico do extrativismo foi a tala de alerces — a sequoia chilena — multiseculares, no sul do Chile, para usar sua madeira para teto de habitações rústicas, substituindo-se o bosque de alerces por pastagens para pecuária.

mercado é a mais relevante, porque permite captar as peculiaridades do mercado de trabalho — ou seja, penetrar nesse universo da reprodução de força de trabalho que se faz superando as restrições do mercado de capital. Mas ela tem que ser complementada pela observação de que a esfera doméstica exporta produtos para a economia de mercado e absorve custos das empresas — ou seja, que funciona como provedora de trabalho não-reconhecido na formação dos custos das empresas.

Historicamente, o espaço social do extrativismo tem sido dado pelo fato de que a produção de mercadorias ocupou apenas uma pequena parte da população; e mesmo a essa, em sua maioria, pagando salários menores que os necessários para a sobrevivência dos trabalhadores. Daí, resulta, logicamente, que a formação de riqueza foi feita sobre a manutenção de uma grande proporção da população em condições de pobreza crítica, e também de que se trata de uma sociedade que cresceu sobre bases de escassa mobilidade dos que já estavam incorporados, mesmo quando tiveram alguma margem adicional de mobilidade para incorporar-se depois de organizado o sistema de produção.

Indiretamente, isso significa que uma grande parte da população incorporada nessa sociedade depende de outras formas de renda além dos salários para sobreviver. Paralelamente, nesse ambiente em que os salários são insuficientes para manter os trabalhadores, outra parte da população usa a extração para alavancar uma renda superior à que poderia obter com seu capital. No limite, cabe questionar quanto esse acesso ao extrativismo não representa uma margem de retorno do capital que faz a diferença entre a viabilidade e a não-viabilidade dos produtores, ou ainda, quanto a extração constitui uma margem de renda direta, alternativamente manejada por capitalistas e por trabalhadores.

O mecanismo de extração na periferia da produção rural pode ser explicado mediante uma análise dos usos do tempo na grande e na pequena produção, a partir de alguns pressupostos sobre as interrelações entre as duas; e considerando o papel das diferenças de capitalização e de qualificação na absorção de trabalho nos estabelecimentos. O uso de tempo na pequena produção está limitado pela precariedade de qualificação e de capital. Com baixos rendimentos e com dificuldade para plantar e colher nas pequenas superfícies de que dispõem, as famílias de pequenos produtores têm uma disponibilidade de tempo, que não é captada pela produção capitalista e que pode ser usada para extração. O uso efetivo desse tempo depende simplesmente do acesso a recursos passíveis de serem extraídos.

Finalmente, outro aspecto a ser mencionado sobre o universo do

extrativismo é a suposição de que essa seja uma atividade residual, que deve desaparecer com a expansão da produção organizada. Entretanto, a combinação de desorganização da produção tradicional com ampliação do desemprego, durante toda a década de 1990, têm propiciado um recrudescimento do extrativismo — tanto como atividade principal, quanto como atividade complementar. Em 1999, certamente havia mais famílias em Salvador e no Recôncavo dependendo da extração do que em 1980.

Uma abordagem de análise prática

A operacionalização da análise do extrativismo constitui um problema prático a ser resolvido, como medida preliminar para uma reconsideração da relação entre a realidade rural e a urbana. Ultrapassado o nível de generalidade em que se colocam os termos gerais da compreensão do extrativismo, é preciso estabelecer uma abordagem de análise operacionalmente viável. Para esse fim, distinguem-se aqui o extrativismo praticado como recurso de sobrevivência e o praticado como parte da produção do capital organizado. A seguir, distingue-se o que pode ser uma pesquisa sistematizante dos fatos do extrativismo e um trabalho baseado no levantamento e na classificação dos fatos da extração vegetal e animal.

Alguns passos devem ser dados para sistematizar esse campo de trabalho. No entanto, a sistematização depende de uma coleção de exemplos, que deverá ser representativa da história social e econômica do País. Há inúmeros exemplos de extrativismo praticado como recurso da produção capitalista organizada no Brasil, que deverão ser examinados de um modo ou de outro. No entanto, para os objetivos da análise da produção vinculada à sobrevivência, torna-se mais imediato examinar a extração praticada como recurso de sobrevivência. Assim, é preciso desenvolver duas linhas de análise, respectivamente sobre o extrativismo utilizado pela produção capitalista organizada, e sobre aquele outro que se reproduz como parte da permanência do primitivismo no meio rural e na construção civil.

Recurso de sobrevivência

A extração constitui recurso principal ou subordinado da vinculação das famílias de baixa renda em sua estratégia de sobrevivência e em sua inserção na economia de mercado. Mas, a observação empírica

mostra que as famílias engajadas no extrativismo são incorporadas ao seu sistema de produção mediante mecanismos indiretos de controle, que são exercidos pelo comércio, na intermediação do excedente físico de sua produção. Trata-se de uma atividade de pequenos produtores independentes, que vendem diretamente seus produtos em feiras e como ambulantes, suprindo uma parte específica da demanda urbana de gêneros perecíveis. Este é um terreno no qual só se pode avançar mediante o exame da experiência histórica.

A extração vegetal foi a viga mestra da formação da economia baiana, antecedendo, apoiando e sucedendo a produção açucareira, abrindo espaço para a expansão pastoril, bem como sustentando a expansão ferroviária, assim como a construção civil e as necessidades energéticas. Funcionalmente, respondeu e continua respondendo por grande parte da sobrevivência dos grupos de baixa renda.

Nessa categoria, permanece como um elemento fundamental de sobrevivência das pessoas que não são absorvidas pelas relações de assalariamento. Expande-se junto com a destruição do emprego formal, levantamentos da disponibilidade de frutas, peixes, aves, continuam sendo imprecisos, pela dificuldade de chegar a cifras compatíveis com o consumo inferido da sobrevivência dessa população.

A extração em si mesma não mudou quase nada ao longo do tempo. Mudaram apenas as formas como seus produtos são comercializados e processados. As sociedades indígenas foram essencialmente extrativistas. Mas elas se diferenciam das sociedades coloniais porque extraíam apenas para seu consumo imediato, enquanto as sociedades coloniais incorporaram-na aos seus mecanismos de acumulação de capital. Não sabemos quanto da extração indígena foi absorvida pela reprodução dos sistemas de recursos naturais, mas sabemos que ao longo de nossa história ela aumentou em escala, variedade e quantidade, ao aumentar o número dos extratores concentrados pela urbanização; e ao aumentar a escala da extração realizada para a produção integrada à acumulação de capital.

É preciso distinguir a extração realizada pelas famílias como parte do mecanismo de reprodução da própria família e a que elas realizam para acumulação. O primeiro grupo compreende o consumo propriamente dito, tal como a coleta de alimentos, e a extração de materiais de construção, que ultrapassa a qualificação corrente de consumo. Por sua vez, a extração que se integra à acumulação de capital é um modo de mobilizar força de trabalho não-contratada para participar do esforço de acumulação. Aí logicamente se encontra a sobrecarga que resulta do aumento de população.

A análise do extrativismo coloca um problema econômico específico, altamente perturbador dos fundamentos da teoria econômica — qual seja, da obtenção de produtos comercializáveis mediante uso de trabalho pouco qualificado, em modalidades que a rigor não podem ser qualificadas de produção, uma vez que pouco dependem da cadeia formadora de capital, apesar de contribuírem para ela.

Além disso, trata-se de trabalho que se realiza fora do movimento de aumento de complexidade do capital incorporado ao processo produtivo. O extrativismo vale-se de formas rudimentares de trabalho, justamente porque funciona com o pressuposto de oferta ilimitada de trabalho barato.

Uma característica do extrativismo é que ele se faz com o pressuposto tácito da oferta ilimitada de recursos não-produzidos, mesmo em ambientes com escassez de um recurso essencial, como são a escassez hídrica no semi-árido, a falta de plancton em águas marinhas e a escassez de bons solos em regiões agrícolas. As modalidades típicas do extrativismo levaram ao esgotamento do ouro de aluvião e de minas superficiais em diversos lugares no Brasil, assim como, principalmente, à desertificação.

Em sua forma mais comum, o extrativismo é a solução mais fácil para obtenção de materiais, que a seguir tanto são consumidos diretamente, como podem ser objeto de complexos processos de transformação, tal como acontece com as plantas silvestres que entram na produção industrial de cosméticos. Mas, também é parte subordinada de processos complexos de trabalho, realizados à distância por capitais de alta tecnologia.

Assim, além da coleta de frutas e sementes, há um comportamento extrativista em relação às bacias hidrográficas, em que a extração vegetal e de água resulta em destruição de recursos mais ou menos acelerada. Pesquisas realizadas em bacias hidrográficas do semi-árido ao longo da década de 1990 reencontraram problemas que já tinham sido identificados desde os primeiros estudos do Banco do Nordeste na década de 1950 (Pedrão, 1997; Machado, 1999).

A subordinação do trabalho na extração vegetal e animal surge com certos traços de especialização regional, acompanhando as possibilidades oferecidas pelos sistemas de recursos naturais, principalmente, as condições de fertilidade natural — ou seja, em função da disponibili-

dade de água. O controle da água é determinante em todo esse processo, situando-se como requisito necessário do controle da terra, que se faz mais evidente nas regiões semi-áridas, mas é fundamental em qualquer lugar.

a extração na história colonial na América

O fundamento do colonialismo, tanto no século XVI como no século XIX, foi a apropriação arbitrária de trabalho, seja na produção para o mercado seja para sustentação na esfera doméstica. A apropriação de recursos naturais foi um desdobramento estratégico da apropriação de trabalho, já que sem esta a outra não seria possível. A extração foi o modo de usar a captação arbitrária de trabalho para obter materiais que podem alcançar preço, sem estarem subordinados às restrições de tempo de etapas prévias de produção.

O principal alvo da extração sempre foram os minerais e, em segundo lugar, as madeiras nobres, por sua durabilidade e por terem características invariantes. Continuou-se a explorar e exportar pau-brasil, assim como mogno, pau-rosa e outras espécies silvestres. Para obtê-los, a extração assumiu duas formas distintas: respectivamente, a extração como empreendimento autônomo, e como atividade associada à produção capitalista organizada. As melhores madeiras são extraídas para usos sofisticados e, portanto, fazem parte de mercados especializados.

Nas Américas em geral, com diferentes tonalidades, a ocupação colonial foi guiada pelas perspectivas de obtenção de lucros imediatos, assumindo-se a pilhagem como uma modalidade legítima de exercício do poder colonial. A extração comercial foi a principal forma econômica dessa atitude. O discurso oficial, preservado até hoje, tem sido o de lamentar discretamente a violência aos indígenas, explicando-a entretanto, pelo primitivismo dos mesmos, revelado por seu canibalismo, e pelo fato de se recusarem a cooperar com o Império. Sequer o custo social correspondente à matança de trabalhadores potenciais alterou esse comportamento agressivo, já que os sistemas coloniais sempre supuseram uma oferta quase ilimitada de trabalhadores.¹⁸ A destruição da

¹⁸ O argumento elaborado por W. Arthur Lewis continua válido, mas deve ser reformulado, para registrar o poder coercitivo das potências coloniais. A verdadeira restrição da oferta de trabalho seria a força suficiente para coagir as socie-

população indígena esteve estreitamente ligada à lógica da extração, já que os indígenas estiveram mais diretamente ligados ao extrativismo, enquanto que os negros foram mais direcionados para os focos de produção para exportação. A pequena mineração, especialmente os garimpos, foi um componente básico desse processo, que funcionou como um equivalente da sub-contratação de trabalhadores autônomos.

A difusão dos garimpos, do Canadá ao Chile, foi uma forma rápida de ampliar a extração mineral com baixa densidade de capital, utilizando trabalho pouco qualificado e em todo caso, mobilizando trabalhadores que podiam ser canalizados pelos mesmos mecanismos do escravismo e da servidão. Por isso, a evolução dos garimpos nas sociedades pós coloniais continuou como uma forma de atividade controlada pelo sistema de comercialização da grande mineração, isto é, muito além das possibilidades de organização financeira dos garimpeiros. A predominância de pobreza e erraticidade de renda entre os garimpeiros, resulta desse controle da comercialização.

Estudos efetuados no México na década de 1970 mostraram um quadro de incapacidade crônica dos garimpeiros de acumular capital, ao mesmo tempo em que uma complementaridade com a mineração industrializada¹⁹. Os garimpos (*pequíneros*) respondiam por 15 a 18% da produção mineral, mas, em sua maioria, trabalhavam pequenos veios de mineral e áreas com baixo teor de minério, mantendo parcialmente a ocupação de grupos de população rural cronicamente desempregados, com escassas alternativas de ocupação regular.

Na Bahia, esse mecanismo foi explorado, primeiro como parte do modelo escravista, principalmente em Rio de Contas e em Jacobina, e depois, como parte da estratégia de diversificação dos capitais escravistas mais tarde de 1850, principalmente na região de Lençóis. Em 1996,

dades locais a entregarem o trabalho requerido, em pessoas ou em tempo das pessoas, reorganizando ou mesmo restringindo a produção de alimentos. Estudos das feiras livres do Recôncavo realizados em 1986 e 1987 (Pedrão e Cabral, 1987) mostraram uma notável diminuição da variedade nos alimentos básicos ofertados, especialmente em variedades de feijão e de leguminosas afins, desde que esses produtos passam da esfera da produção camponesa para uso local para a esfera dos supermercados, que definem o mercado comprando maiores quantidades de menor variedade.

¹⁹ Referência às pesquisas desenvolvidas no contexto do projeto de cooperação técnica das Nações Unidas intitulado *Desenvolvimento regional e urbano do México (72/013)* (1972-1978) de que este autor foi coordenador.

o Governo do Estado da Bahia realizou um programa de controle dos garimpos, para proteger as cabeceiras do Rio Paraguaçu, reduzindo de uns 250 a pouco mais de quarenta.

No relativo à madeira, o panorama é muito mais variado, e por isso mais difícil de ordenar. Em todo o período colonial, a Bahia foi exportadora de madeira de lei, na forma de pau-de-tinta, de madeira para as embarcações que fizeram tráfico local, de cabotagem e oceânico, para o comércio negreiro; e de madeira de lei para residências e móveis. A produção açucareira usou fornalhas a lenha, e a economia doméstica funcionou com combustível de extração. A maior parte dessa atividade foi feita sem registro, como parte de estratégias locais de produção e de consumo. Entre os registros disponíveis de produtos da extração, apresentam-se a seguir alguns dados sobre as exportações de madeira e de piaçava. Dada sua especial aptidão para usos em embarcações, a piaçava teve um comportamento especial, revelador do perfil especializado do consumo de bens obtidos da extração.

Quadro 1: Bahia, Exportação de Produtos da Extração Vegetal

Períodos	madeira (dúzias)	piaçava (molhos)
1851-1852	2.124	431.278
1852-1853	1.182	111.231
1853-1854	2.901	133.519
1854-1855	1.753	233.051
1855-1856	953	186.786
1856-1857	325	247.954
1857-1858	-28	9.860
1858-1859	-26	4.357
1859-1860	2.069	256.345

Fonte: Dados originais obtidos de mensagens dos Presidentes da Província

O desempenho da extração nas vendas ao exterior é mostra da vitalidade desse segmento, representando ao tempo uma alternativa às exportações agrícolas tradicionais. A economia baiana foi sucessivamente atingida pelos fatores do declínio geral da produção escravista brasileira,²⁰ pelos efeitos indiretos desestruturadores da guerra com o Paraguai,

Trata-se do declínio da produção escravista organizada no século XVI, que se comparava com os padrões de eficiência da produção imperialista organizada no século XIX. Observe-se que as campanhas de repressão ao tráfico foram lançadas em

pelos efeitos do declínio da produção fumageira e, em todo o período desde o advento da República, pelo conflito da elite baiana com o bloco de poder instalado no Governo Federal.

O comércio com o exterior não mudou nem em escala nem em composição, surgindo entretanto uma triangulação entre a produção regional de mercadorias tecnicamente para exportação, um mercado regional insuficiente e estagnado, e um setor exportador que dependeu, cada vez mais, das matérias primas que obtinha das regiões semi-áridas, quase todas elas obtidas mediante extração. Longe da imagem mais comum, de ser uma região pouco fértil, o semi-árido nordestino sempre foi fonte de uma grande produção de matérias primas obtidas de forma predatória.

Entre 1944 e 1958, a Bahia listava 31 espécies de extração vegetal, além de diversas espécies frutícolas, que depois passaram a participar da produção agrícola — como manga, cajá, sapoti, maracujá e pitanga, que antes figuravam entre as espécies consideradas de pequena produção na extração vegetal.

aspectos do extrativismo em regiões na Bahia

Pobre mesmo era a nutrição dos moradores humildes nas gerais da Bahia, procurando mel e comendo o que caçam, sem sal, cozido simplesmente na água e acompanhando de arroz, quando há, farinha e alguns cocos, quando há tempo. Artur Neiva, *apud* Ernani da Silva Bruno.

A continuação de estudos sobre o extrativismo demandará uma proposta organicamente estruturada, considerando perfis de extração por região e por níveis de capitalização, contemplando, portanto, as condições de especialização dos recursos humanos. Um programa de trabalho conseqüente compreenderá o aspecto geral de discutir o papel da extração na acumulação de capital e na sobrevivência dos mais pobres, bem como aspectos específicos da realização da extração no ambiente rural, no marítimo e no urbano. Como meio de aproximação a esse nível de análise, impõe-se reunir uma base factual que alimente a definição do trabalho empírico.

conseqüência do Tratado de Viena, pelo qual os países da Europa Ocidental iniciaram o movimento de invasão e criação de novas colônias, com formas de trabalho que concorriam com o trabalho escravo.

Alguns exemplos podem ser reunidos e adiantados, para situar concretamente a realidade do extrativismo hoje na Bahia, em diferentes regiões. Citam-se a seguir, alguns exemplos comprovados, representativos do ambiente semi-árido e do costeiro úmido, nos quais a extração é predominante na reprodução social, sem com isso desconsiderar a variedade de situações em que ela é complementar.

A *bacia do Rio Itapicuru*. A parte alta da bacia do rio Itapicuru é o primeiro exemplo a ser examinado, por representar um problema agudo de extração de lenha em região semi-árida. Trata-se aqui do corte de mata de caatinga para lenha no semi-árido, que vem sendo realizado desde o início do período colonial. Pesquisa realizada em 1997, sobre a situação ambiental dos sistemas hídricos na Bahia, mostrou que a extração de lenha prossegue, agora com custos sociais e ambientais acumulados nesses anos, resultando em exposição do solo e conseqüente erosão, alcançando as margens dos rios.²¹ A derrubada de caatinga, foi promovida inicialmente pelos grandes proprietários na formação de seus campos de pecuária, desde o século XVII. A partir do final do século passado, passou a ser utilizada como combustível para mover as composições ferroviárias. Mais recentemente, foi usada na construção civil e como combustível, doméstico e para olarias. Hoje, essa identificação com a solução do problema energético tornou-se mais agressiva, porque praticamente levou à destruição dessa floresta ecologicamente adaptada e passou a comprometer a perenidade de um rio estratégico para uma grande região semi-árida.

São Bernardo em Valença. Outro tipo de exemplo ocorre em localidades que ficaram em condições de abandono social e marasmo econômico. Há inúmeros casos desse tipo na Bahia. Cita-se aqui o caso da localidade de São Bernardo, uma vila próxima da cidade de Valença, na região do Baixo Sul, que ficou completamente à margem da economia de mercado. Nela vivem trezentas famílias, nenhuma das quais possui alguém empregado. Todos são negros, sobrevivendo de escassos "bicos", com pequenas roças de alimentos básicos, que são completados por extração. A particularidade é que os moradores de São Bernardo são pessoas que até décadas atrás foram parte do exército de reserva dos trabalhadores da produção açucareira, tendo sido desmobilizadas com a

²¹das *Condições Ambientais das Bacias dos Rios Itapicuru, Verde/Jacaré e Paraguaçu*, coordenada por este autor, como trabalho de consultoria para a Secretaria de Recursos Hídricos e Saneamento da Bahia

decomposição dessa atividade. Desde então permaneceram em condições de vida primitivas, em pobreza crítica.

Santiago do Iguape. Outro exemplo, característico do Recôncavo baiano, é a vila de Santiago do Iguape, que é um distrito do município de Cachoeira. Encontra-se na baixada do Iguape, que, no período colonial foi sede de uma importante produção de açúcar. No século XIX, teve um engenho mecanizado, o que quer dizer que passou de engenho a usina.²² Na década de 1950, a baixada do Iguape foi transformada em área produtora de dendê, com uma empresa produtora de óleo. Na década de 1980, o ecossistema da lagamar onde se encontra a vila, foi alterado pela represa de Pedra do Cavalo, que acelerou a velocidade de circulação da água, praticamente acabando com a fauna natural de camarões. Em 1990, com a política nacional que favoreceu as usinas de açúcar, a área foi reconvertida ao plantio de cana-de-açúcar, resultando na expulsão dos pequenos produtores de dendê e terminando com a produção familiar de alimentos. A população da baixada ficou quase totalmente desempregada, refluindo para estratégias de sobrevivência completamente dependentes da extração vegetal e animal (Aragão, 1998). Nesse caso, trata-se principalmente de extração marinha e dos manguezais, já que o acesso à terra é escasso ou nulo para esses grupos de baixa renda. Nesse caso, o extrativismo resultou, em grande parte, da decomposição da economia anterior subordinada à produção açucareira.²³

Santo Amaro da Purificação, Outro exemplo ainda, corresponde ao município de Santo Amaro da Purificação, supostamente um dos que

²² Em 1866 foi fundada a usina de Iguape, na época considerada uma das mais modernas do Estado. A vila data do século XVII, fundada por espanhóis, quando da luta contra as invasões dos holandeses. Possui um pequeno porto e uma posição de frente para uma lagamar, que foi privilegiada no sistema de transporte de carga em barcos a vela. Até a década de 1960 foi atendida pelo sistema de navegação a vapor da Companhia de Navegação Bahiana que teve seu porto principal em São Roque do Paraguaçu. A desativação desse porto em 1967 rompeu a relação entre a navegação comercial regular e o transporte náutico artesanal da região.

²³ Os movimentos regressivos causados pela decomposição da antiga produção açucareira escravista, foram muito complexos na Bahia. A desorganização do sistema encabeçado pelos engenhos de açúcar traduziu-se na desocupação de trabalhadores que jamais foram objeto de programa algum de qualificação. Separados do núcleo organizador dos engenhos, esses trabalhadores regrediram às formas mais rudimentares de trabalho, anteriores às dos engenhos ultrapassados. As tecnologias da pequena produção rural são hoje representativas desse fenômeno. Daí, sua natural identificação com a extração.

apresentam melhor desempenho econômico na região. Aí, entretanto, encontrou-se um desemprego estimado em mais de 30% da força de trabalho, que se agrava, progressivamente, com o retorno de trabalhadores pouco qualificados desempregados pelas indústrias do grande Salvador (Nunes, 1996). Nesse caso encontraram-se dois tipos de extração. Uma extração vegetal e animal sistematicamente praticada como estratégia de sobrevivência. Outra, de uma fábrica de papel que utilizava bambu em 30% de suas matérias primas, e que jamais plantou ou comprou bambu, senão que extraiu essa matéria prima na região em torno (Pedrão, 1997).

A extração como recurso de sobrevivência pôde ser equacionada mediante pesquisa realizada em 1987 sobre as feiras livres da região do Recôncavo, quando foram visitadas todas as feiras da região. Em todas elas, uma parte significativa da oferta de frutas era obtida através da extração, destacando-se que a fixação dos preços das frutas na feira estava condicionada pelo fato de que o preço das frutas obtidas de extração cai vertiginosamente nas últimas horas da feira.

O *Subúrbio Ferroviário de Salvador*. A extração também é importante no ambiente urbano de Salvador, em vários de seus bairros, principalmente nos bairros de grupos de baixa renda, segundo sua localização frente à Baía de Todos os Santos. Pesquisas recentes sobre o chamado Subúrbio Ferroviário, que corresponde à orla de Salvador sobre a Baía de Todos os Santos, onde está a maior concentração de população de baixa renda da região metropolitana, indicaram que cerca de 4 mil famílias, que em outras classificações aparecem como trabalhadores informais urbanos, complementam sua alimentação com a cata de mariscos dos manguezais dessa parte da cidade (PANGEA, 1998).

Nesses exemplos e em muitas outras situações semelhantes, a extração perpetua-se, estimulada pelo crescente desemprego e pela falta de opções de trabalho para pessoas com pouca qualificação ou com pouca experiência de trabalho. Há fortes razões para supor que se trata do recrudescimento de um aspecto fundamental da situação do trabalho herdada da sociedade escravista.

referências bibliográficas

- Aguiar, Manuel Pinto de, *Mandioca, Pão do Brasil*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- Aragão, Francisca, *O Doce do Açúcar que Virou Amargura: agricultura e fome no Recôncavo Baiano*, Dissertação de Mestrado, Salvador: Curso de Mestrado em Economia, Universidade Federal da Bahia, 1998.

- Azevedo, Thales, *Povoamento da Cidade do Salvador*, Salvador: Editora Itapuan, 1969.
- Barickman, B.J., *A Bahian Counterpoint: sugar, tobacco, cassava, and slavery in the Recôncavo, 1780-1860*, Stanford University Press, 1998
- Boxer, Charles, *Salvador de Sá e a Luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686*, São Paulo: Brasileira, 1973.
- _____, *A Idade de Ouro do Brasil, dores de crescimento de uma sociedade colonial*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- Bruno, Ernani da Silva, *História do Brasil, geral e regional, 3. Bahia*, São Paulo: Cultrix, 1967.
- Calmon, Miguel, Sobrinho, *Décadas da Economia Baiana, 1902-1952*, datilografado, Salvador, s.d.
- Costa, Emília Viotti da, *Da Senzala à Colônia*, São Paulo: UNESP, 1997
- _____, *Da Monarquia à República*, São Paulo: UNESP, 1998
- História Geral da Civilização Brasileira, 1. *A Época Colonial*, Sérgio Buarque de Holanda (diretor), São Paulo: Bertrand Brasil, 1993, vols. 1 e 2.
- Lewis, W.A., "Economic Development with Unlimited Supplies of Labor", in A.M. Agarwala e S.P. Singh (Eds.) *The Economics of Underdevelopment*, New York: Oxford University Press, 1963, pp. 400-449.
- Machado, Gustavo Bittencourt, *Acumulação Originária e Formação de Valor no Extremo Sul da Bahia*, Projeto de dissertação de mestrado, Salvador: Curso de Mestrado em Economia, Universidade Federal da Bahia, 1999.
- Marx, Karl, *El Capital*, Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1956, 3 vols
- Mattoso, Katia, *Bahia, Século XIX, uma província no Império*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992
- Mello, José Antônio Gonçalves de, *Tempo dos Flamengos*, Recife: Massangana, 1987
- Myrdal, Gunnar, *Asian Drama*, Nova York: Random House, 1968.
- Nova História da Expansão Portuguesa, *O Império Luso Brasileiro, 1620-1150*, Frédéric Mauro (coordenador), Lisboa: Editorial Estampa, 1991.
- Nunes, Maíesse Pinto El Sayegh, *Problemas Regionais de Emprego e Renda: o exemplo de Santo Amaro no Recôncavo baiano*, Dissertação de Mestrado, Salvador: Curso de Mestrado em Economia, UFBA, 1996.
- Palerm, Angel, Wolf, Eric, *Agricultura y Civilización en Mesoamérica*, Mexico: Sep Setentas, s.d.
- Pangela, *A Bacia do Rio do Cobre*, Salvador, 1998.
- Pedrão, Fernando, *Estimativa do Produto Interno Bruto da Bahia (1940-1959)*, Salvador: Instituto de Economia e Finanças da Bahia, datilografado, 1960.
- *Estratégia de Desenvolvimento Econômico e Social para o Maranhão*, Secretaria de Planejamento do Estado do Maranhão, 1982.
- Tecnologia, Energia e Ambiente em Pequenas Regiões*, Relatório apresentado ao CNPq, 1998.
- 500 Anos de Comércio na Bahia*, Salvador: Secretaria de Indústria e Comércio da Bahia, 1999.
- Pedrão, Fernando, Jacobina, Deraldo, Santos, Nailton, *A Zona Cacaueira, estudo sócio-econômico*, Salvador: Instituto de Economia e Finanças da Bahia, 1959
- Pedrão, Fernando, Cabral, Anya, *As Feiras Livres do Recôncavo*, pesquisa apoiada pelo CNPq. Não publicada, Salvador, 1988.
- Pedrão, Fernando e Santana Lidia, *O Transporte Náutico na Valorização Econômica e Social da Orla da Baía de Todos os Santos*, Salvador: IPA/CADCT, 2000.

- Pimenta, Ely de Oliveira Rosa, /1 *Intervenção do Estado no Desenvolvimento Rural: o estudo do projeto integrado de desenvolvimento da bacia do Rio Paraguaçu — PIDERP*, Dissertação de Mestrado, Salvador: Curso de Mestrado em Economia, Universidade Federal da Bahia, 1999.
- Prado, Caio, Jr., *Formação do Brasil Contemporâneo*, São Paulo: Brasiliense, 1961.
- Presbisch, Raul, *Obras en la CEPAL* (org. Adolfo Gurrieri) México: Fondo de Cultura Económica, 1982, 2 vols.
- Ribeiro, Darcy, *O Processo Civilizatório*, Petropolis:Vozes, 1991.
- _____, *As Américas e a Civilização*, Petrópolis:Vozes, 1986.
- Schwartz, Stuart, *Segredos Internos, Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial*, Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1988.
- Secretaria de Indústria e Comércio da Bahia, *Uma Política Agro-industrial para a Bahia*, Salvador, 1986, 2 vols.
- _____, *Diagnóstico e Oportunidades de Investimentos em Oleoquímica na Bahia*, Salvador, 1994, 6 vols.
- Wolf, Eric, *Pueblos y Culturas de Mesoamérica*, Mexico: Era, 1972.
- Verger, Pierre, *Notícias da Bahia*, Salvador: Corrupio, 2000